



**24° ENANCIB**  
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação  
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



**XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB**

**ISSN 2177-3688**

**GT 12 – Informação, Estudos étnico-raciais, Gênero e Diversidades**

**A ESTRUTURA DA BRANQUITUDE: REFLEXÕES SOBRE INJUSTIÇA ONTOLÓGICA, EPISTÊMICA E HERMENÊUTICA NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE O ESPECTRO AUTISTA**

***THE STRUCTURE OF WHITENESS: REFLECTIONS ON ONTOLOGICAL, EPISTEMIC AND HERMENEUTICAL INJUSTICE IN THE KNOWLEDGE ORGANIZATION ON AUTISM SPECTRUM***

**Fernanda Valle** - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Situado nos Estudos Críticos da Branquitude, a pesquisa propõe uma reflexão sobre a estrutura informacional vigente de exclusão à existência autista em sua dimensão plural e interseccional. Especificamente, discorre sobre as estruturas de poder, com enfoque racial, na vida e na identidade da pessoa autista. A partir dos conceitos de interseccionalidade, em Kimberlé Crenshaw, de branquitude, em Lourenço Cardoso e Cida Bento, de princípio de ausência nos estudos informacionais, em Franciéle Garcês-da-Silva, investiga se a ciência brasileira aponta para a estrutura de privilégio branco que incide nas comunidades autistas e no próprio fazer científico. Caracteriza-se como um estudo exploratório, quanti-qualitativo, de procedimento bibliográfico-documental. Metodologicamente, apresenta os resultados iniciais de uma revisão narrativa de literatura, em língua portuguesa, nas bases de dados científicos Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, Base de Dados em Ciência da Informação e no periódico científico Revista Neurodiversidade, dedicado ao Transtorno do Espectro Autista. Por meio de qualificadores orientados ao racismo e à vantagem racial branca, foram obtidos 33 (trinta e três) documentos, dos quais 07 (sete) foram considerados aderentes ao tema geral. À luz de teorias críticas da Organização do Conhecimento e da noção de injustiça epistêmica hermenêutica, de Miranda Fricker, observa aparente escassez de pesquisas científicas sobre o autismo racializado, especialmente da perspectiva da branquitude.

**Palavras-chave:** transtorno do espectro autista; estudos críticos da branquitude; organização do conhecimento; injustiça epistêmica; interseccionalidade.

**Abstract:** Based on the Critical Whiteness Studies, this research proposes a reflection on the current informational structure of exclusion of autistic existence in its plural and intersectional dimension. Specifically, it discusses the structures of power, focusing a racial identity in the life of autistic people. Based on the concepts of intersectionality, in Kimberlé Crenshaw, of whiteness, in Lourenço Cardoso and Cida Bento, and of the principle of absence in the informational studies, in Franciéle Garcês-da-Silva, it investigates whether Brazilian science points to the structure of white privilege that affects autistic communities and scientific practice itself. It is characterized as an exploratory, quantitative-

qualitative study, with a bibliographic-documentary procedure. Methodologically, it elaborates a narrative review of literature, in Portuguese, in the databases Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, SciELO and Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde; in the Base de Dados em Ciência da Informação and in the scientific journal Revista Neurodiversidade, dedicated to Autism Spectrum Disorder. Through qualifiers oriented to racism and white racial advantage, 33 (thirty-three) documents were obtained, of which 07 (seven) were considered adherent to the general subject. Considering the critical theories of Knowledge Organization and the notion of hermeneutic epistemic injustice, by Miranda Fricker, it observes an apparent scarcity of scientific research on racialized autism, especially from the perspective of whiteness.

**Keywords:** autism spectrum disorder; whiteness studies; classification; knowledge organization; epistemic injustice, intersectionality.

## 1 INTRODUÇÃO

“Não há realmente mais nada a dizer — a não ser por quê.  
Mas, como é difícil lidar com o porquê, é preciso buscar  
refúgio no como” (Morrison, 2019, p. 7)

As indagações deste estudo partem de minha tese de doutorado em Ciência da Informação (CI), cuja centralidade está na representação social e na metarrepresentação do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). A análise de 68 instrumentos de controle terminológico indexados no *Basic Register of Thesauri, Ontologies & Classifications* (BARTOC), diretório internacional de linguagens documentárias chancelado pela *International Society of Knowledge Organization* (ISKO), demonstrou lacunas conceituais significativas acerca da pluralidade autista. Os resultados obtidos apontaram para SOC desatualizados, parciais e, por vezes, desinformativos, confirmando as hipóteses crítico-ontológica e sociopolítica sustentadas de que a ampla circulação conceitual documentada ao longo do século XX consolidou a desvalorização predominante do corpo autista, destituindo-o de cidadania, do direito à racionalidade e à afetividade, retratando-o alheio à linguagem e à partilha do mundo social. Em outras palavras, fortaleceu a concepção de um não-ser no bojo da CI: um não-ser informacional posto em desacordo com o *logos* e incapaz de *poiesis*, sob a perspectiva informe da informação (Debetto, 2023).

Nessa direção, aponto que a premissa grega pela universalidade do Ser (e, portanto, a elaboração conceitual da sua negação, o não-ser) tem origem remota no pensamento pré-socrático, com Parmênides de Eleia, e, posteriormente, em Aristóteles, a partir da definição de humano e racionalidade humana oriunda do conceito de *logos*, da razão expressa no

discurso, no “falar como homem”, uma alteridade autorreferente mediada linguisticamente (Menezes, 2017). A filósofa francesa Barbara Cassin (2005, 2022) demonstra que o princípio de racionalidade é um princípio de identidade efetuado por meio da linguagem, da partilha de significado universal, por isso, não contraditório. Somente aos dotados de *logos* são permitidas as capacidades intelectivas e a vida autárquica do bem-viver (Agamben, 2017).

Ao serem classificadas como não-seres informacionais, ou seja, indivíduos suspensos da partilha da linguagem, e espelharem um conceito ao largo da univocidade da significação, argumento que as pessoas autistas vivem, na perspectiva Ocidental, ontologicamente na subalternidade e, conseqüentemente, marginalizadas epistemologicamente na medida em que não estão autorizadas ao alcance da verdade. Nesta via interpretativa de base meneziana e cassiniana, são não-seres que não produzem saberes, logo, excluídos da sociedade autárquica. Vivem às margens simbólicas da representação e, materialmente, sob toda sorte de exclusão em uma estrutura validada em relações de poder controlada pelo privilégio branco. Tal estrutura da chamada branquitude (Cardoso, 2008; 2010), da sociedade racializada no benefício para a pessoa branca e na subjugação da pessoa negra, foi denunciada e avaliada sob olhares diversos, como atestado em DuBois (2021), Fanon (2008), Césaire (2020), Carneiro (2023), Cardoso (2008; 2010) e González e Hasenbalg (1982).

Em minha tese, introduzo o conceito de pessoa informacional neurodiversa (Debetto, 2023) em uma tentativa de redução dos gestos de exclusão da pessoa autista ao considerá-la um ser ativo perante o informar. Este trabalho apresenta os resultados iniciais de desdobramento da pesquisa: a observação da pessoa informacional neurodiversa no horizonte do pacto da branquitude (Bento, 2022). Considera, portanto, não apenas o reconhecimento ontológico e epistêmico da pessoa autista, como apresentado na tese, mas o elabora na interseccionalidade (Crenshaw, 1989). Para tal, busca identificar a estrutura projetada e fomentada pela branquitude (Cardoso, 2008, 2010; Moreira, 2014) que incide na representação simbólica (e sua materialidade) da pessoa autista.

Nesse contexto, coloca-se em debate a seguinte questão: como reconhecer a influência da branquitude na Organização do Conhecimento (OC) aplicada ao domínio autista? Especificamente, pretende saber se há pesquisas científicas no Brasil e no exterior orientadas a este recorte temático, em uma tentativa inicial de autorreflexão enquanto pesquisadora branca das Ciências Sociais Aplicadas dedicada a um objeto de estudo socialmente, politicamente e biologicamente heterogêneo e contraditório. A finalidade é observar as

possíveis lacunas epistêmicas acerca do reconhecimento do privilégio racial no contexto do TEA e convocar as teorias e métodos da CI para dilemas do contemporâneo, cujas raízes foram historicamente consolidadas.

Na esteira de um projeto de pesquisa mais amplo em andamento, esta etapa evidencia os primeiros passos de observação. Apresenta resultados iniciais de um recorte nacional, com levantamento realizado em bases multidisciplinares e especializadas. Parte-se da CI, como investigação autorreflexiva, por meio da Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), especializada com ampla cobertura no País, de artigos de periódicos, anais de eventos e livros. Para uma perspectiva ampla das pesquisas no contexto de cursos *stricto sensu* no Brasil, consultou-se o Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), administrada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Sob o olhar multidisciplinar para a comunicação científica, a SciELO – Brasil. Sendo o TEA um assunto da Saúde, selecionou-se a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Considerou-se, também, a Revista Neurodiversidade, periódico científico independente, revisado por pares e especializado em TEA.

A pesquisa está fundamentada nos Estudos Críticos da Branquitude (Cardoso, 2008, 2010; Bento, 2022; Carneiro, 2023) e em teorias críticas dos estudos informacionais (Menezes, 2017; Garcês-da-Silva, 2023; Fox, 2016). De caráter descritivo, qualitativo e aplicado, metodologicamente o estudo é operacionalizado por uma revisão narrativa de literatura científica a partir de dois grupos de expressões de busca: termos relativos à branquitude e privilégio racial para saber se a branquitude está no foco das investigações; e outra expressão formada por termos referentes ao racismo, tendo o contexto de pessoas negras como foco. O tipo narrativo justifica-se pela visão panorâmica de um assunto, um “saber se existe” desvinculado de uma questão de revisão focada e estruturada (Borges, 2020) como uma revisão sistemática, meta do projeto em andamento. No entanto, buscou-se um esforço em identificar conceitos, indicar sinônimos e clarificar os aspectos da análise dos resultados, ou seja, uma revisão do tipo narrativa não tão “livre” quanto ao método. A comparação entre as expressões de busca, por exemplo, visou à observação de diferenças quantitativa e qualitativa entre as temáticas abordadas. Por fim, o método de análise dos dados será a contagem de métrica simples e leitura exploratória de títulos e resumos (Gil, 2002).

À luz de Fricker (2007), o exercício corresponde em mapear injustiças epistêmicas, de cunho hermenêutico, ou seja, a injustiça resultante dos preconceitos estruturais refletidos nos recursos hermenêuticos coletivos, tais como a circulação documental e documentária, com suas estruturas metainformacionais imbuídas de intencionalidade, de validação e mediação do conhecimento, estudadas pela CI.

## **2 AUTISMO NÃO TEM CARA, MAS TEM COR: A URGÊNCIA DA INTERSECCIONALIDADE NA SEMIÓTICA DO TEA**

A historiografia hegemônica do TEA situa as primeiras descrições científicas no âmbito da saúde na década de 1940, a partir dos estudos dos psiquiatras austríacos Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944). Popularmente conhecido como autismo, a terminologia do TEA passou por diversos ciclos classificatórios em busca de uma definição científica: a criação do termo autismo como sintoma da esquizofrenia nos primeiros anos de 1900, por Eugen Bleuler, passando pela ênfase na Psicologia e caracterização psicótica dos anos de 1970, presente na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM), para, ao final do século XX, alterar a direção e ser definido como um conjunto de diferenças neurobiológicas, com alta taxa de herdabilidade. De etiologia complexa, manifesta-se na primeira infância e caracteriza-se por déficits na linguagem, comunicação e comportamento, com duração, em graus variáveis, por toda a vida, conforme o histórico das classificações em saúde (APA, 1952, 1968, 1980, 1994) e AAP (2014, 2023).

A descrição atualizada e oficializada do TEA registrada na quinta edição revisada do DSM-V-TR (AAP, 2022) remonta ao conteúdo das obras da psiquiatra russa Grunya Efimovna Sukhareva (*Груня Ефимовна Сухарева*) que descreveu o acompanhamento clínico de crianças consideradas atípicas entre os anos de 1925 e 1926, logo, cerca de 20 anos antes de Kanner e Asperger. Nascida em Kiev, na atual Ucrânia, à época ainda Império Russo, Sukhareva liderou o Departamento de Defectologia<sup>1</sup> do Instituto de Saúde Mental de Crianças e

---

<sup>1</sup> O termo defectologia foi popularizado no Brasil a partir dos estudos de Lev Vygotsky (1896-1934) sobre pessoas com deficiências no campo da Psicologia da Educação. Segundo Netto e Leal (2013), o termo foi introduzido pelo psiquiatra russo Vsevolod Petrovich Kashchenko (1870-1943) em 1912 e, diferentemente de uma acepção preconceituosa possível no contemporâneo, os estudos soviéticos, especialmente vygotskyano, sobre os “defeitos” orientavam-se às potencialidades, ao desenvolvimento e à emancipação do indivíduo com deficiência.

Adolescentes, além de ser destacada professora universitária. Na década de 1920, fundou um hospital-escola psiquiátrico infantil, em Moscou, e até 1951, dirigiu o Hospital Psiquiátrico Kashchenko, relevante instituição de saúde mental na Rússia. De acordo com Sher e Gibson (2023), Sukhareva supervisionou gerações de estagiários clínicos e dezenas de teses de doutorado. Posteriormente, os discentes orientados por ela fundaram suas próprias escolas psiquiátricas, ocupando importantes cargos de liderança em hospitais e órgãos profissionais russos.

Um dos mais importantes nomes da Psiquiatria na Rússia, Sukhareva desenvolveu uma abordagem social da medicina e da deficiência, destacando as potencialidades dos pacientes em contraponto às limitações e sustentando a necessidade de uma abordagem terapêutica multidisciplinar para as crianças autistas. Os escritos de Sukhareva chamaram atenção do reconhecido pensador da Psicologia da Educação Lev Vygotsky, que a ouviu, leu e a citou no livro “Diagnóstico do desenvolvimento e clínica pedológica da infância difícil”, publicado em 1931. Ademais de Vygotsky, Sher e Gibson (2023) indicam a existência de uma troca de correspondências entre Sukhareva e Kanner. Entretanto, não fora identificada nenhuma menção à Sukhareva no clássico trabalho *“Autistic disturbances of affective contact”*, publicado em 1943, que tornou Kanner o “pai do autismo”. Quanto a Asperger, as causas do lapso ético de não citação são obscuras, mas sobram hipóteses. Por exemplo para Manouilenko e Bejerot (2015) e Paoli e Machado (2022), Asperger leu os estudos de Sukhareva e não citou por opção, já que publicou na mesma revista científica em que estava a versão alemã do texto de Sukhareva. Na contemporaneidade, a ausência é notada na lista do *Name and Title Authority File of Catalonia*, um catálogo de autoridade gerenciado pela Biblioteca da Catalunha que registra outros personagens mencionados internacionalmente na história do domínio autista, como Lorna Wing e Temple Grandin, além de Kanner e Asperger.

Submissa a uma estrutura social ocidentalizada, anglófona e patriarcal, na quase centenária produção científica do Ocidente sobre o autismo, Sukhareva não recebeu os créditos devidos como pioneira em um domínio da saúde. Os escritos invisíveis para a literatura corrente foram identificados e traduzidos para o inglês pela britânica Sula Wolff - uma outra psiquiatra, uma outra mulher – apenas em meados dos anos de 1990. O caráter misógino não perpassa somente a história de quem escreveu ou estudou sobre o TEA, como a biografia de Sukhareva, mas afeta os olhares para o diagnóstico de meninas e mulheres. À frente do seu tempo, enquanto Kanner atribuiu a causa do TEA à falta de afetividade materna

aos filhos recém-nascidos, cunhando o termo “mãe-geladeira”, Sukhareva argumentou se tratar de uma diferença provavelmente genética, em que seria fundamental um diagnóstico cuidadoso entre os gêneros, antecipando o hoje chamado “autismo feminino”, conforme salientam Dell’Osso *et al.* (2024).

Apesar do reconhecimento das desigualdades no contexto de gênero, a semiótica do TEA persiste branca, conforme os nomes próprios representativos do domínio e mencionados neste texto até aqui. Homens e mulheres brancos, sejam psiquiatras, educadores ou pessoas autistas de destaque. As representações midiáticas e cinematográficas da América anglófona, responsável pelos conglomerados do setor de entretenimento, constroem suas personagens igualmente em figuras brancas, masculinas e com altas habilidades, tais quais Raymond, interpretado por Dustin Hoffman em *Rain Man*, filme vencedor do Oscar em 1989, o ator Jim Parsons na pele do icônico Sheldon Cooper em *The Big Bang Theory*, ou o versátil Freddie Highmore como o autista *savant* em *The Good Doctor*, invisibilizando um espectro de identidades e condições autistas: de gênero, pertencimento étnico-racial, de saúde e de nível de suporte. Para Matthews (2019), o estereótipo disseminado não é casual: reflete uma racionalidade que espelha recurso econômico e inteligência à figura do homem branco. Assim, Sheldon Cooper, por exemplo, jamais estaria autorizado a ser um homem negro.

Conforme destaca Onaiwu (2020), pesquisadora, educadora, ativista, mãe de pessoas autistas e mulher autista negra, uma busca simples no *Google Imagens* pelas palavras [autismo] e [autista] indicam, do mesmo modo, dezenas de imagens de crianças brancas em contraste às poucas representações de crianças negras. A ênfase na infância, associada ao estereótipo étnico-racial e de classe, afastam do debate os fatos científicos do contemporâneo e esvaziam o dever estatal de proteção dos direitos de populações como autistas negros de baixa renda e autista idosos.

De acordo com os *Centers of Disease Control and Prevention* (CDC)<sup>2</sup>, 01 (uma) a cada 36 (trinta e seis) crianças está no espectro autista, uma condição presente em todas as idades, classes sociais, gênero, pertencimento étnico-racial, orientação sexual. No entanto, ainda de acordo com o CDC, apenas a partir de 2016 foram observadas alterações no padrão de prevalência étnico e racial crescente do autismo em crianças não-brancas - mudanças

---

<sup>2</sup> CENTERS OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **CDC**: Data and Statistics on Autism Spectrum Disorder, 2024. Autism Spectrum Disorder (ASD). Disponível em: <https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html>. Acesso em: 18 set. 2024.

atribuídas à conscientização acerca do TEA e melhorias no acesso a serviços em locais de atendimento a pessoas hispânicas e negras. Nos termos da instituição, são populações historicamente mal atendidas e que ainda enfrentam, especialmente entre a comunidade negra, o desafio de identificar as condições coexistentes, denominadas comorbidades pelo vocabulário da saúde, como deficiência intelectual (DI).

Países como o Brasil se guiam por estatísticas e orientações majoritariamente estadunidenses, como as informações fornecidas pela *Autism and Developmental Disabilities Monitoring (ADDM) Network*, grupo de trabalho do CDC focalizado no TEA. Embora as estatísticas e a cooperação internacional sejam úteis e necessárias, a dependência de informações para questões de saúde pública como o TEA, devido à ausência de dados locais, denota um sistema opressor: colonialista, ao não exercer a soberania acerca de dados epidemiológicos localizados (este, em andamento no Brasil, pela primeira vez, por meio do Censo Demográfico<sup>3</sup>); e racialmente privilegiado, uma vez que a população negra, especialmente autista, apresenta maior dificuldade em diagnósticos, medicamentos e terapêuticas.

No Brasil, o TEA encontra-se no solo das deficiências (Brasil, 2012) e um corpo com deficiência é historicamente marginal (Silva, 1987; Sennet, 2003; Le Goff; Truong, 2006; Alves, 2017). Pessoas com deficiência (PcD) e pessoas negras compartilham dororidade (Piedade, 2017) semelhante: suas vidas valem socialmente menos. Contudo, na interseccionalidade, isto é, como Crenshaw (1989) explica a coexistência de identidades sociais oprimidas, uma pessoa negra com deficiência, especialmente autista, será subalternizada em diversos aspectos, uma vez que confrontará o preconceito corrente fomentado pela branquitude. A complexidade interseccional aumenta ao ter em conta o machismo estrutural e a organização capitalista, que se alimentam do privilégio branco para construir a figura do outro. Nessa direção, desumanizar o outro (negro e autista).

No livro *Pacto da Branquitude*, Bento (2022) contraria a noção de democracia racial do contemporâneo ao demonstrar que a sociedade capitalista se consolidou sobre o ideal da subjugação étnico-racial fortalecida pela exploração e massacre das grandes navegações,

---

<sup>3</sup> Sobre o assunto, saiba mais em: VALLE, Fernanda; QUINTSLR, Marcia; SALDANHA, Gustavo. “Estado de mediação”, autismo e circulação da informação no Censo. In. ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro, 2021. **Anais Eletrônico [...]** Rio de Janeiro: ENANCIB, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/288481>. Acesso em: 18 set. 2024.

resultando em um longo e secular processo de colonização. Por sua vez, Federici (2023) frisa a estreita relação entre hierarquia de gênero como manutenção da engrenagem capitalista, cujos pilares estão fincados na lógica reprodutiva para estabilidade produtiva. Em suma, a exploração da mulher não assalariada, transmutada na função única da maternidade. Na interpretação da historiadora italiana, a acumulação primitiva ocorre por meio da posição social das mulheres como máquinas de produção compulsória de novos trabalhadores, fornecimento de mãos de obra para os capitalistas. Nessa lógica, situada em uma posição de servidão à ordem patriarcal, a mulher foi lançada à constante dependência econômica e destituída do controle do próprio corpo (Federici, 2023). Quanto de apoio e investimento a pessoa com deficiência negra e a mulher que dá à luz a uma criança negra com deficiência recebe? Quais oportunidades sociais, culturais, laborais, econômicas e educacionais vivenciam? Qual é o índice de qualidade de vida, violência e abuso nessa população no Brasil?

O direito de deixar viver ou deixar morrer na necropolítica contemporânea (Mbembe, 2018) não encontra respaldo em operações puramente mentalistas do conceito, mas na sua conjugação afetiva da rejeição pelo dessemelhante, que permanece à margem. Deste modo, sustento que o ato de nomear (ou, ao contrário, de não nomear, permitindo a invisibilidade ontológica, política e social) a partir de princípios de classificação e categorização carrega consigo uma economia dos afetos (Ahmed, 2004). Destarte, a terminologia não reflete um conceito, mas um sistema intersubjetivo semiótico, com valor de uso e de troca no seio das comunidades discursivas no decurso histórico, constituindo formas de dizer, de pensar e de sentir. Conforme recordam Sheffer (2019) e Bento (2022), o regime nazifascista mobilizou símbolos para despertar a personalidade autoritária e fortalecer um modelo único de corpo, personalidade e psiquismo desejáveis para a coesão do Estado racial. Nessa direção, é preciso compreender a racionalidade estruturante do real – uma racionalidade espelhada pela CI na medida em que organiza e registra a produção de conhecimento no decurso histórico.

### **3 O AUTISMO RACIALIZADO E O PRINCÍPIO DA AUSÊNCIA NOS ESTUDOS CIENTÍFICOS BRASILEIROS**

Garcês-da-Silva (2023) evoca a escritora Grada Kilomba para dissertar sobre o princípio da ausência como um dos princípios da injustiça epistêmica sob a ótica do racismo. Trata-se de tornar ausente aquilo que existe; uma forma de censura ao que não é reconhecido no

•

mundo da branquitude (Garcês-da-Silva, 2023, p. 69). Dedicada aos estudos da biblioteconomia negra, a autora salienta a contribuição e o protagonismo de profissionais da informação negros, mormente invisíveis nas bibliografias hegemônicas, como Elonnie Junius Josey (1924-2009) e Dorothy Burnett Porter Wesley (1905-1995). Há uma gama de enfoques possíveis para abordar a temática aplicada às comunidades autistas. Neste trabalho, focalizarei a produção discursiva institucionalizada acerca do autismo racializado na estrutura do privilégio racial branco, isto é, sua classificação social enquanto sociedade interpretada, conceituada e adjetivada racialmente. O enfoque se justifica pois, segundo Cardoso (2010, p. 610), “a teoria antirracista, de maneira geral, tem restringido em pesquisar o oprimido, deixando de lado o opressor. Desta forma, é sugerido que a opressão é somente um ‘problema do oprimido’ em que o opressor não se encontra relacionado”. Inobstante a relevância e urgência em examinar a situação da pessoa autista negra no Brasil, esta primeira etapa enfatiza a) a instituição ciência, uma estrutura tecida no privilégio racial branco, b) conceitos das teorias críticas da branquitude para verificar se a produção discursiva sobre o TEA analisa as estruturas de opressão sob a ótica do opressor; e c) operadores metalinguísticos institucionalizados para mediação do conhecimento.

Inicia-se o debate pelo terceiro item, a metarrepresentação. No contexto da OC, Fox (2016) justifica que a mútua exclusividade na construção de um SOC pode aproximar características irreconciliáveis, dispersar tópicos importantes, utilizar terminologia violenta e excludente, fenômeno observado em minha tese de doutorado sobre a OC aplicada à comunidade autista. A partir de Fox (2016), as classes e categorias de um tesouro, por exemplo, não são meramente aditivas, como peças de um quebra-cabeças em relações de coordenação ou subordinação entre termos, pois, no real concreto, as pessoas não separam as facetas constituintes de sua personalidade, vida e identidade. Nesse sentido, a identidade de uma mulher negra autista evidenciará as opressões pautadas no preconceito racial: antes de seu gênero e de sua questão de saúde, na estrutura racista, será interpretada socialmente como pessoa negra, identidade forjada em processos históricos de exclusão. Como exemplo, dos 68 SOC avaliados na tese, nenhum relaciona explicitamente conceitos a partir da faceta raça ou etnia aplicado ao TEA. O cabeçalho de assuntos da *Library of Congress*, base do cabeçalho de assuntos da Biblioteca Nacional brasileira, aponta para descritores orientados ao gênero (*autistic girls; autistic women*), recorte etário (*autism in children; autistic children; autism in adolescence; autistic youth*), identidade religiosa (*autism spectrum disorders –*

*religious aspects ; autism – religious aspects – Judaism; autism spectrum disorders – religious aspects – Christianity; autism in children – religious aspects – Christianity; autism in children – religious aspects – Buddhism*) (Debetto, 2023). Não foram identificados cabeçalhos de assuntos relativos à latinidade, à identidade negra e à religião de matriz africana aplicados ao TEA. O cabeçalho mais próximo do contexto africano é geográfico e institucional: *Autism South Africa (Organization)*. Eis uma das estruturas metalinguística, epistêmica e hermenêutica da branquitude (Cardoso, 2010) aplicada ao TEA.

Tal princípio de ausência se estende à literatura científica brasileira. Em setembro de 2024, conforme mencionado, foram consultados a Brapci, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a BDTD, a LILACS, SciELO e a Revista Neurodiversidade. As expressões de busca aplicadas foram: 1) [transtorno do espectro autista] OR [autismo] OR [autista] OR [transtorno autístico] OR [neurodiversidade] OR [neurodivergência] OR [neurodiverso] OR [neurodiversa] OR [neurodivergente] AND [preconceito racial] OR [raça] OR [racismo] OR [identidade negra], [autismo negro] OR [antirracismo] OR [antirracista] OR [racista] OR [negritude] OR [ativismo negro] OR [grupos raciais] OR [autismo racializado] OR [pessoas negras] OR [movimento negro] OR [identidade racial]; e 2) [transtorno do espectro autista] OR [autismo] OR [autista] OR [transtorno autístico] OR [neurodiversidade] OR [neurodivergência] OR [neurodiverso] OR [neurodiversa] OR [neurodivergente] AND [branquitude] OR [branquidade] OR [supremacia branca] OR [supremacia racial] OR [privilegio racial] OR [privilegio branco] OR [autismo branco] OR [ativismo branco] OR [pessoas brancas] OR [identidade branca] OR [identidade racial].

Os sites da Brapci, do Catálogo Capes e do portal SciELO não localizaram documentos correspondentes às expressões de busca mencionadas. Em relação à BDTD, a primeira expressão de busca retornou 23 (vinte e três) documentos. Após leitura dos títulos e resumos, 05 (cinco) foram considerados potencialmente aderentes à temática: 01 (uma) dissertação de mestrado, na área da Educação e vinculada à Universidade Federal de Santa Maria, intitulada “Marcadores sociais da diferença: interseccionalidades que constituem pessoas com deficiência no ensino médio de Santa Maria-RS”, da autora Grazielle Fernandes; 01 (uma) dissertação de mestrado em Saúde Coletiva, vinculada à Universidade de Fortaleza, intitulada “Estilo de vida de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista”, defendida em 2018 por Mariza Maciel; 01 (uma) dissertação de mestrado em Psicologia da Saúde, vinculada à Universidade Estadual da Paraíba, intitulada “Transtorno do Espectro Autista e dinâmica

familiar”, defendida em 2023, por Olenice Graciano; 01 (uma) dissertação de mestrado em Psicologia Social, vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), intitulada “A música como potencialização do convívio social: a formação de um grupo de samba com jovens com autismo ‘Suspeitei desde o princípio’”, defendida em 2019 por Alexandre Souza. A segunda expressão de busca localizou 02 (dois) documentos, porém, ao avaliar o título e o resumo, constatou-se falta de aderência ao assunto de revisão.

Na LILACS, a primeira expressão de busca localizou 09 (nove) itens em língua portuguesa. Após a leitura dos títulos e dos resumos, identificou-se um trabalho potencialmente aderente ao investigar dados epidemiológicos sobre autismo no Nordeste. O artigo científico intitula-se “Epidemiologia genética do autismo infantil no Nordeste do Brasil”, publicado em 1996, na revista *Psiquiatria Biológica*, assinado pelos médicos Maria Ione Ferreira da Costa e Henrique Gil da Silva Nunesmaia. A segunda expressão não obteve resultado.

Quanto à Revista *Neurodiversidade*, nas quatro edições disponíveis (2021, v. 1-2, 2022, v. 3, 2023, v. 4), apenas um artigo versa sobre questões raciais, intitulado “A superdotação em mulheres negras”, assinado pela pesquisadora Patricia Neumann, psicóloga e filósofa – uma mulher branca como Sukhareva, Grandin, Wing, Wolff, e eu, que assino este trabalho.

De 33 (trinta e três) documentos recuperados, 07 (sete) foram aderentes ao contexto da revisão, sendo 04 (quatro) dissertações de mestrado. Todavia, destaca-se que o recorte se mantém no oprimido, ou seja, nos marcadores sociais da identidade racial negra. O baixo número de documentos localizados impede, nesta etapa de investigação, a elaboração de uma cartografia completa acerca da branquitude aplicada ao TEA, mas permite observar que os qualificadores metalinguísticos retornam mais resultados quando significam grupos raciais negros do que brancos, confirmando a argumentação de Cardoso (2010). Os indícios apontam para produção científica sobre saúde e educação da pessoa autista negra, mas não reflexões consistentes sobre a branquitude e as estruturas de opressão da pessoa autista negra.

Para fins comparativos a serem explorados em pesquisas futuras, apliquei a expressão de busca *[autism spectrum disorder] OR [autistic spectrum disorder] OR [autism] OR [autistic] OR [asperger] AND [black people] OR [black people with disability] OR [racism] OR [antiracism] OR [whiteness] OR [black ableism] OR [black ethnicity] OR [systematic racism] OR [systemic racism] OR [black autism] OR [structural racism]* em 10 periódicos científicos internacionais e especializados em TEA, indexados pelo Portal de Periódicos da CAPES, a saber: *Molecular*

*Autism* (zero resultado), *Autism Research and Treatment* (zero resultado), *Research in Autism Spectrum Disorders* (07 itens), *Autism in Adulthood* (sítio indisponível), *Autism Research* (11 itens), *Journal of Autism and Developmental Disorders* (31 itens), *Autism* (19 itens), *Autism & Developmental Language Impairments* (zero resultado), *Review Journal of Autism and Developmental Disorders* (04 itens) e *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities* (zero resultado). Foram obtidos 72 artigos, dos quais 41 válidos. Destes, com maior concentração entre 2021 e 2024, especialmente o ano de 2022 (11 artigos). Dentre os temas predominantes, disparidade étnico-racial no processo diagnóstico, racismo estrutural, a necessidade de letramento racial e a presença do uso do termo *black autism*. Todos os artigos recuperados foram publicados em língua inglesa, língua franca da comunicação científica (e uma barreira de visibilidade epistêmica a pesquisadores latino-americanos). Os artigos vinculam-se a instituições de ensino dos Estados Unidos (este, majoritário) e do Reino Unido. Algumas perguntas emergem: quantas das autorias são pessoas negras e/ou latinas? Quantas das autorias possuem vínculo pessoal com a opressão racial e/ou o contexto autista? Nessa mesma direção, consultei o campo de busca geral da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Dos 1.107 documentos recuperados sobre a perspectiva étnico-racial do TEA (mais de mil indexados da Medline, uma das bases de maior prestígio em saúde), apenas 142 correspondem ao contexto de pessoas negras e/ou latinas.

Ao não se apropriar das temáticas e das referências bibliográficas existentes para refletir sobre o privilégio branco na epistemologia e prática do campo, a CI se mantém no princípio de exclusão social sob a perspectiva epistêmica. Apesar de maior reconhecimento de pessoas autistas na sociedade contemporânea e a emergência do conceito de neurodiversidade (isto é, a diversidade neurobiológica dos seres humanos como norma), popularizado pela socióloga Judy Singer, no final dos anos de 1990, ainda há barreiras em todos os segmentos, da educação à política, das artes à ciência, para a efetivação do pertencimento destas pessoas a este mundo, delineado para que elas não pertençam.

Nesse sentido, a centralidade no prefixo “neuro-” para explicar a diversidade genética dos cérebros e sistema nervoso humanos, é insuficiente para a representação conceitual, classificatória e pragmática de infinitas especificidades da corporalidade e da subjetividade humana elaborada na interseccionalidade (Crenshaw, 1989). Ao centralizar o aspecto neurológico, embora coerente à natureza do TEA segundo as evidências científicas do presente, mantém-se uma direção biologicamente individualizada e individualizante, que oprime nas

margens as facetas interseccionais. Sob o olhar do TEA como condição de saúde, trata-se de pessoas únicas a despeito das semelhanças gerais que conduzem a um diagnóstico diferencial seguro. Porém, a pessoa autista possui um corpo no mundo, que atua nele e sobre ele. Quais os riscos desenvolver a neurodiversidade como simples distinção e restrição à diferença entre cérebros, ou, de maneira homogeneizante e igualmente excludente, a uma simples forma diferente de ser? Segundo relembra Bakhtin (2001, p. 11), “para entrar na História é pouco nascer fisicamente”.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em pesquisa anterior, foi apresentada a noção de pessoa informacional neurodiversa no intuito de contestar e ampliar o conceito de usuário e sujeito informacional, assim como evidenciar a exclusão ontoepistemológica da pessoa autista na sociedade Ocidental. Nesta etapa de pesquisa, a pessoa informacional neurodiversa é tecida na interseccionalidade, um trabalho em desenvolvimento. A partir da noção de injustiça epistêmica hermenêutica, discorreu-se sobre as lacunas de reconhecimento da identidade racial branca e do privilégio racial branco no contexto do autismo.

Os resultados parciais do levantamento bibliográfico demonstram escassez de fontes científicas sobre o assunto. No entanto, infere-se que, apesar da aparente ausência, a produção de conhecimento está dispersa. Tendo em vista a possível desatualização de sítios eletrônicos e a ausência de vocabulário controlado que contemple o TEA e os grupos raciais, é reforçada a necessidade de mapeamento em outros espaços de dados científicos, como os repositórios institucionais responsáveis por Trabalhos de Conclusão de Curso e anais de eventos, especialmente em Educação, visto ter sido identificado trabalhos de interesse em pesquisa livre no *Google Acadêmico*, tal qual Rodrigues (2023). Tais espaços podem revelar a presença nos esforços de produção de conhecimento, por vezes renegados em espaços considerados prioritários, tal qual os periódicos científicos.

A abordagem do assunto em pesquisas de mestrado e doutorado implicam em discussão mais ampla quanto à presença de pessoas autistas e pessoas negras no ambiente universitário. Em pautas marginais, como o autismo, observa-se no desenvolvimento de políticas públicas, estudos e práticas, o envolvimento de familiares ou de pessoas diretamente ligadas ao contexto. Na historiografia do autismo, conforme visto, todas as pessoas de maior

destaque são brancas. É fulcral investigar onde estão as vozes, vivências e protagonismo das pessoas negras no âmbito do TEA e apontar as barreiras que as impedem de serem (re) conhecidas.

Os resultados de uma revisão narrativa apontam para a necessidade de realização de uma revisão sistemática de literatura, em bases nacionais e internacionais (um projeto em andamento no horizonte desta pesquisa), bem como examinar outros aspectos da infraestrutura racial branca, como referencial teórico utilizado e perfil das autorias nas produções científicas neste recorte temático, lançando mão de métodos bibliométricos da CI.

Da perspectiva teórica, o estudo contribui para refletir sobre as limitações impostas pela terminologia da neurodiversidade sob o risco de não comportar os atravessamentos sociopolíticos que forjam a subjetividade autista branca, negra e latina. Neste movimento, busca-se, na luta logológica no campo sociopolítico da OC, reforçar que os princípios de identidade conformados primariamente, são também, os princípios da branquitude.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**: homo sacer. São Paulo: Boitempo, 2017.

AHMED, Sara. Affective Economies. **Social Text**, Durham, v. 22, n. 2, p. 117–139, Summer 2004.

ALVES, Denise Soares da Silva. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da História. **Polyphonía**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 31–44, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. Washington: American Psychiatric Association, 1952.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**: DSM-II. Washington: American Psychiatric Association, 1968.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**: DSM-III. Washington: American Psychiatric Association, 1980.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**: DSM-IV. Washington: American Psychiatric Association, 1994.

ASPERGER, Hans. Die Autistischen Psychopathen in kindesalter. **Arch Psychiatr Nervenkr**, [S. l.], v. 110, p. 76-136, 1944.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-V. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**: DSM-V-TR. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Graciane Silva Bruzinga. **Proposta metodológica de revisão sistemática**: um estudo a partir de fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Orientadora: Gercina Ângela de Lima. 2020. Tese (Doutorado em Gestão em Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade de Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2012.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007). Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [Manizales], v. 8, n. 1, p. 607-630, ene./jun., 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASSIN, Barbara. **Elogio da tradução**: complicando o universal. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2022.

CASSIN, Barbara. **O efeito sofístico**. São Paulo: Editora 34, 2005.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre colonialismo**. Curitiba: Letras Contemporâneas, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 140, p. 139-167, 1989.

DEBETTO, Fernanda do Valle Galvão. **Comunico, logo existo**: o protagonismo da linguagem e a metarrepresentação do autismo no horizonte da democracia documentária. 2023. 362 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2023.

DELL’OSSO, Liliana; TOSCHI, Daniela; CARPITA, Barbara; AMATORI, Giulia. Female autism: Grunya Sukhareva’s pioneering description reinterpreted in light of DSM-5-TR and the concept of camouflaging. **Italian Journal of Psychiatric**, Ospedaletto, n. 1, p. 1-3, Mar. 2024.

DUBOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FOX, Melodie J. Priorities of arrangement or a hierarchy of oppressions? **Knowledge Organization**, Ohio, v. 43, n. 5, 2016.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: power & ethics of knowing. New York: Oxford University Press, 2007.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro *et al.* Microagressões e trauma racial no ensino bibliotecário: uma análise via escala de microagressões raciais no ensino em biblioteconomia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, São Cristóvão. **Anais eletrônico...** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/258509>. Acesso em: 9 jul. 2024.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, Baltimore, v. 2, 1943.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MANOUILENKO, Irina; BEJEROT, Susanne. Sukhareva: pior to Asperger and Kanner. **Nord J. Psychiatric**, [S. l.], v. 69, n. 6, p. 479-582, 2015.

MATTHEWS, Malcom. Why Sheldon Cooper can't be black: the visual rhetoric of autism and ethnicity. **Journal of literary & cultural disability studies**, United Kingdom, v. 13, n. 1, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MENEZES, Vinícios Souza de. **Rasum tabulae**: um limiar metafórico-escritural dos estudos da informação ou, Le Livre. 2017. 306 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 6, n. 13, p. 73-87, mar./jun. 2014.

MORRISON, Toni. **O olho mais azul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ONAIWU, Morénike Giwa. "They don't know, don't show, or don't care": autism's white privilege problem. **Autism in adulthood**, New Rochelle, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/aut.2020.0077>. Acesso em: 18 set. 2024.

PAOLI, Joanna de.; MACHADO, Patrícia Fernandes Lootens. Autismos em uma perspectiva histórico-cultural. **Revista Gesto-Debate**, Campo Grande, v. 22, n. 31, p. 534-565, 2022.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

RODRIGUES, Sara Raquel Nunes. **Escrevivências**: refletindo sobre racismo e o acompanhamento terapêutico. 2023. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SHEFFER, Edith. **Crianças de Asperger**: as origens do autismo na Viena Nazista. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SHER, David Ariel; GIBSON, Jenny L. Pioneering, prodigious and perspicacious: Grunya Efimovna Sukhareva's life and contribution to conceptualising autism and schizophrenia. **Eur Child Adolesc Psychiatry**, Germany, v. 32, p. 475–490, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00787-021-01875-7>. Acesso em: 8 jul. 2024.